

Meta com FMI ameaçada

Economia - Brasil

■ Governo terá que optar entre manter programas sociais ou cumprir acordo

UGO BRAGA

BRASÍLIA - O governo federal tem uma equação complicada para resolver no segundo semestre: ao planejar o ajuste fiscal deste ano, o Brasil prometeu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) conseguir registrar receitas maiores do que despesas (exceto gastos com juros) em R\$ 30 bilhões, ou 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas as circunstâncias políticas e econômicas podem tolher R\$ 4,8 bilhões desse dinheiro. O rombo obrigaria o Ministério da Fazenda a cortar verbas das áreas sociais, num momento de fragilidade política do presidente Fernando Henrique.

Parte dos R\$ 4,8 bilhões do esforço fiscal prejudicado já são conhecidos e reconhecidos pelo governo. No pacote fechado com o FMI, a equipe econômica incluiu R\$ 6 bilhões em receitas com a conta petróleo, onde são debitados os subsídios federais ao álcool e à gasolina pagos pela Petrobras em nome do Tesouro.

Os recentes reajustes de com-

bustíveis alimentaram a inflação e contribuíram para o desgaste do governo na classe média. O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Cláudio Considerá, já tratou de avisar que a temporada de aumentos no preço dos combustíveis neste ano acabou. Até agora, porém, as receitas com a conta petróleo foram de R\$ 3,2 bilhões. Significa que R\$ 2,8 bilhões podem ser debitados na conta do ajuste.

Pendência - Por outro lado, o governo ainda não sabe quanto poderá obter em receitas com o aumento da contribuição dos servidores públicos ativos e aposentados à Previdência Social. O assunto está sendo analisado pelo Supremo Tribunal Federal. Entre os próprios integrantes da equipe econômica há análises de que o STF não aprovará integralmente a taxação, o que provocaria uma nova baixa nas receitas.

O economista e consultor Raul Velloso, especialista em contas públicas, chegou à conclusão, num cálculo otimista, de que são

grandes as chances de o governo ter que cortar mais R\$ 800 milhões em programas nas áreas de Saúde, Educação e Transportes. O raciocínio é simples. Só com a conta petróleo, o prejuízo é de R\$ 2,8 bilhões. Se o STF decidir pelo corte de 50% da taxação do funcionalismo (o que é considerada uma hipótese otimista), o rombo total será de R\$ 4,8 bilhões.

Parte dessa quantia já está garantida, com dois artifícios do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que elaborou uma lei permitindo o pagamento antecipado e sem juros de devedores de impostos federais. Conseguiu R\$ 2 bilhões. E ganhou mais R\$ 2 bilhões com o aumento da alíquota da Cofins e do PIS.

Portanto, o governo corre o risco de perder receitas programadas de R\$ 4,8 bilhões ao mesmo tempo em que encarteirou receitas inesperadas de R\$ 4 bilhões. Sobram os R\$ 800 milhões para serem tirados dos orçamentos dos ministros José Serra, Paulo Renato e Eliseu Padilha. "A dúvida passa a ser: será que o governo vai

cortar?", questiona Velloso. A resposta para essa pergunta é difícil. O próprio Velloso levantou o histórico de despesas com programas sociais do governo. A ação nessas áreas caiu no período inflacionário, de modo que em 1995 o país gastava o equivalente a 3,2% do PIB em saúde, educação e transportes.

O governo Fernando Henrique tentou recuperar o nível de investimentos na área social e atingiu 4,4% do PIB em 1997. Com a crise asiática, porém, o governo se impôs um regime fiscal mais rígido e a gastança social caiu para 4% do PIB em 1998 e deve chegar a 3,3% este ano - as projeções apontam para 2,7% do PIB em 2000 e 2,3% em 2001.

Complexidade - Raul Velloso diz que o acordo com o FMI é algo complexo numa economia como a do Brasil. "Significa dizer que o governo vai extrair R\$ 30 bilhões da sociedade num ano de recessão", diz. Por isso, qualquer perda deve ser reposta, sob pena de não se cumprir um trato de US\$ 40 bilhões.